

¹PSICOLOGIA E SEXUALIDADE, UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE CORREÇÃO SEXUAL

Bruna Maria Rosa Ramirez Miguel

RESUMO

As práticas de correção sexual e de gênero fazem parte da história de luta da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outros (LGBTQIA+). No Brasil existe a Resolução do Conselho Federal de Psicologia número 01 de 1999, que proíbe tais práticas, porém ainda há relatos atuais de ocorrências de terapias de correção sexual. Este artigo tem como objetivo analisar e relatar a realidade pouco explicada no Brasil em relação às práticas de correção sexual. Este trabalho é uma revisão bibliográfica utilizando as bases de dados eletrônicas: SciELO, CAPES, e BDTD, utilizando as palavras chaves Cura Gay, Conversion Therapy e Reorientation Therapy. O resultado obtido indica que a maioria dos autores destacam que as terapias de reorientação podem levar a transtornos mentais graves.

Palavras-chave: Cura gay, Terapia de Reorientação e Terapia de Conversão.

ABSTRACT

The practices of sexual and gender correction are part of the history of struggle within the Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual, Queer, Intersex, Asexual, and other (LGBTQIA+) community. In Brazil, there is Resolution 01/1999 from the Federal Council of Psychology, which prohibits such practices, however, there are still current reports of occurrences of sexual correction therapies. This article aims to analyze and report on the underexplained reality in Brazil regarding sexual correction practices. The work is a literature review using electronic databases such as SciELO, CAPES, and BDTD, with keywords including Gay Cure, Conversion Therapy, and Reorientation Therapy. The result obtained indicates that most authors highlight that reorientation therapies can lead to severe mental disorders.

Key-words: Gay cure, Reorientation Therapy and Conversion Therapy.

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade é definida pela Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization* -WHO) (WHO, 2002b) como central na vida do ser humano, abrangendo além do sexo, como também identidade e atribuições de gênero, orientação sexual, prazer, intimidade, eroticismo e reprodução, expressada por pensamentos, fantasias, comportamentos, relacionamentos, atitudes, crenças, valores, práticas e funções, podendo ser incluído todas ou algumas dessas dimensões. É influenciada por interações entre diferentes aspectos, como biológico, psicológico, social, político, econômico, legal, histórico, religioso e espiritual.

Ela é, então, um dos aspectos mais predominantes na vida humana, mas ao mesmo tempo traz consigo muitas polêmicas e discussões, sendo objeto de estudo por diversas áreas do conhecimento, citando a própria psicologia, além de outras como a biologia e medicina. Em diferentes épocas a sexualidade foi considerada como tabu, sendo proibido o estudo ou

¹ Trabalho de Curso apresentado ao Centro Universitário UNA - unidade Catalão, como requisito parcial para a integralização do curso de Psicologia, sob orientação da professora Ms Camila Carneiro Silva Queija.

comentado, e mesmo com os avanços da vida moderna, ainda há discordância e polêmicas quando aspectos da sexualidade são trazidos, como a homossexualidade ou tudo aquilo que não vá de acordo com o padrão cis-hétero normativo (Costa; Silva; Júnior, 2018).

Entretanto, nem sempre foi assim. Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma são exemplos de civilizações onde há provas que a sexualidade e identidade de gênero eram abertas para além do padrão que temos hoje. Gomes (2020) traz alguns exemplos, como um registro de Plutarco, um historiador grego, onde em Esparta as mulheres consideradas melhores amavam garotas, ou a poetisa Safo de Lesbos, que mais tarde seu nome iria originar a palavra lésbica, que exaltava amor e intimidade entre mulheres, porém seus trabalhos sendo perdidos ao longo do tempo ou destruídos pela Igreja Católica. Entre homens, ainda na Grécia e Roma, dentro do treinamento militar o relacionamento entre homens era incentivado como parte da disciplina (Richards, 1993, p. 137, *apud*, Gomes, 2020, p. 30), sendo praticado esse ritual em outras sociedades, como a chinesa, japonesa, algumas africanas e da Oceania.

Dentro da psicologia e ramos de saúde, o doutor K. F. O. Westphal (1870) foi o primeiro a induzir uma corrente que adotou o termo “sensibilidade sexual contrária”, referindo-se ao comportamento que era contrário ao correto e procriador, explicando que tratava-se de uma anomalia congênita, tratando como devassidão, perversão, enunciado tudo em seu livro de 1870, “*Archives de Neurologie*”. Krafft-Ebing, em 1894, publicou *Psychopathia sexualis*, um dos trabalhos mais notáveis sobre o assunto na época, dizendo que o desejo sexual em si era perigoso e a homossexualidade congênita, ou seja, já apresenta-se antes do nascimento. Havelock Ellis, em 1897, foi o primeiro a utilizar o termo “inversão sexual”, referindo-se a aspectos femininos em “homens invertidos” (Ellis, 1897, p. 13 *apud*, Vieira, 2009, p. 494). Esse termo e outros que surgiram no século XIX foram utilizados por Sigmund Freud, o pai da psicanálise e psicologia, ele porém adotando crenças diferentes de outros pesquisadores, chegando a escrever em uma carta para uma mãe que solicitava ajuda em relação ao filho:

Eu fiquei muito surpreso pelo fato que a senhora não mencionou esse termo (homossexual) nas informações que deu sobre ele (...) A homossexualidade não é evidentemente uma vantagem, mas não há nada do que sentir vergonha. Ela não é um vício, nem uma desonra e não poderíamos qualificá-la de doença. (...) É uma grande injustiça perseguir a homossexualidade como crime e também uma crueldade (Freud, 1935/1967, p.43, *apud*, Vieira, 2009).

Dentre os vários obstáculos que a comunidade de lésbicas, gays, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais (LGBTQIA+) tem enfrentado ao longo dos tempos, dentro do ramo da psicologia podemos ainda citar as práticas que visavam estabelecer uma “cura” para

comportamentos homoafetivos, chamadas de práticas de reorientação, ou correção, ou reparativa, sexual. Estas, porém, apenas trazem consequências negativas, como explicado por Costa; Silva; Júnior (2018), não há eficácia nessas práticas em desfazer a atração de pessoas homossexuais pelo mesmo sexo ou atrair pelo sexo oposto, apenas servindo para inibir a sexualidade.

Em 22 de Março de 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) instaurou a resolução 01/99, que proíbe psicólogos no Brasil de utilizar ou colaborar com tais serviços que promovam qualquer tipo de cura para homossexuais, sendo um marco para a luta contra a patologização da homossexualidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS) incluía a homossexualidade, antes chamada de homossexualismo, na lista de Classificação Internacional de Doenças (CID), primeiro na 6ª Revisão, na categoria 320 Personalidade Patológica, mudando na 8ª Revisão para 302 Desvio e Transtornos Sexuais, e apenas no dia 17 de Maio de 1990, na 10ª Revisão, foi retirada completamente, não sendo mais considerada oficialmente como doença (Gonçalves, 2019), e marcando a data como o dia Internacional Contra a LGBTQITransfobia.

Todas essas ações, entretanto, fazem parte de uma luta que continua até os dias atuais, tanto em ações pequenas de LGBTQITransfobia, que segundo Gonçalves et al.,2020, *apud* Conselho Nacional de Justiça, CNJ, 2022, são as ações e condutas, reais ou supostas, que contêm repulsa e ódio, à orientação e/ou identidade de gênero de alguém, que ocorrem nas ruas e casas por todo o Brasil. Para crimes focados nesse grupo, como aponta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022, *apud* CNJ, 2022), em 2022 o número de casos cresceram, sendo 35,2% em agressões, 7,2% em homicídios e 88,4% em estupros, em relação ao ano de 2021, ou ainda em iniciativas governamentais, como aponta Gonçalves (2019). Entre 2015 e 2017 houveram embates contra a resolução 01/99 do CFP, acusando deste ser um ato de censura contra psicólogos, impedindo pesquisas e atendimentos. Entre os participantes estava a Rozangela Justino, uma psicóloga que atuava há 35 anos, nomeando-se psicóloga cristã, dizia ter feito consultas onde aliviava o sofrimento através das práticas de correção sexual e o ex-secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, deputado federal Ezequiel Teixeira, que apresentou um projeto de lei que visava exatamente tornar a Terapia de Reorientação Sexual legalizada, sendo arquivado apenas em 2019, porém seis meses depois outro deputado federal, Eurico da Silva, tentou reprimir novamente a resolução.

Justifica-se este artigo pois, como visto, mesmo após de mais de 20 anos, citando o CFP (2018), ainda há insistência nessas práticas, referente às diversas práticas de correção sexual, sendo evidente como ainda a psicologia brasileira está em uma luta diária para que

todos possam ser tratados como seres humanos, acima de orientação sexual ou identidade de gênero. Entretanto, no Brasil quase não há conhecimento sobre e contra a prática de ditos tratamentos que buscam retirar o comportamento homoafetivo, são poucas discussões, textos e aberturas abordando as práticas de reorientação sexual.

Como, então, lutar contra algo invisível e silencioso? Na abertura do livro O 18 de Brumário de Luís Bonaparte é dito "A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa" (Marx, 1852) e é explicado como acontecimentos tendem a se repetir, historiadores achando facilmente padrões entre acontecimentos distantes, e outros, como é este o caso, nem tão distantes. Há apenas 24 anos o CFP considerou que práticas que visam a patologização de aspectos naturais do seres humanos como contra os interesses da psicologia, e nem mesmo 20 anos depois já ocorreram tentativas contra décadas de luta da comunidade LGBTQIA+ ao tentar reverter essa decisão.

Para que essas tentativas e muitas outras mais que virão não se tornem realidade, é preciso que este seja um tema discutido e conhecido, que as pessoas saibam o que exatamente ocorre nas "Correções Sexuais", quais técnicas utilizadas e quais as pesquisas científicas que são usadas para defendê-las, e principalmente quais são as consequências psicológicas que a pessoa que passa por tais terapias tem que enfrentar durante o restante da sua vida. Se for esperado a história se repetir, quantos mais jovens serão obrigados a buscar cura para onde não há doença?

Este artigo centra-se nas perguntas: 'Quais são os motivos que as terapias e práticas de correção sexual não são mais reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP)? e Qual a relevância das práticas de correção sexual no Brasil?' Onde o objetivo é analisar e relatar a realidade pouco explicada no Brasil em relação às práticas de correção sexual, pretendendo abordar, além das resoluções e código de ética do CFP, legislações, projetos de leis e outros recursos legais brasileiras, buscando também trazer quais são as consequências psicológicas para as pessoas que passam por tais ações dentro da terapia e, por último, dentro da história da comunidade LGBTQIA+, quais as influências que essas práticas ocasionaram.

A fim de se alcançar os pontos levantados, tem-se a base metodológica pesquisas de levantamento bibliográfico, objetivando trabalhos científicos sobre a sexualidade e as práticas de correção sexual, procurando por nomes cinco nomes diferentes que tiveram ao longo dos anos, atitude corretiva, reorientação sexual, reparação sexual, terapia reparativa ou, o já citado, correção sexual. A busca será realizada em plataformas eletrônicas científicas, apresentando os resultados alcançados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Meira e Santana (2014) discutem a importância de falar sobre a sexualidade, não apenas dentro da biologia, mas dentro do contexto diário em suas diversas dimensões, culturais, históricas e psicológicas, já que a manifestação não ocorre apenas na esfera biológica, com a relação sexual e partes íntimas, como é retratada em salas de aula. É significativo notar que é na escola que ocorre, normalmente, o primeiro contato com o tema, e por muitos anos apenas falar sobre era considerado como uma tentativa de induzir à hipersexualização, e essa crença continua nos dias atuais para algumas famílias.

Relembrando que, por ter aspectos psicológicos, comportamentais e outros, a sexualidade se desenvolve ao longo de toda vida, então a educação sexual não deveria se restringir apenas às crianças e adolescentes, mas continuar a considerar o auto descobrimento e exploração importante após a descoberta inicial do assunto.

Não faz muito tempo que a única relevância que a sociedade atribuía para sexualidade era a reprodução, sendo todos os outros aspectos ignorados. Falar sobre sexo com a família ou na escola era inimaginável e um tabu. Gomes (2008) relata como acreditava-se que todas as perguntas seriam respondidas naturalmente, sem necessidade de discussões com outras pessoas sobre o assunto. Tais discussões começaram na década de 60, após anos de inexistência de ações protetivas e a influência da Igreja Católica em manter o silêncio à infância e aos abusos que poderiam acontecer nessa fase mais vulnerável. Assim, o tema foi incorporado aos currículos escolares na década de 70, mudança provocada principalmente por movimentos feministas e, nos anos 80 e 90, o crescente número de gravidez na adolescência e AIDS, o Ministério da Educação e da Saúde estimularam o desenvolvimento do aprendizado sobre educação sexual nas escolas. Foi um começo, porém, ainda há um grande caminho a percorrer para que a sexualidade não seja considerada como um tabu e que as informações alcancem todos os brasileiros.

2.1. História da Sexualidade Humana

Faro (2015) apresenta que dentre as civilizações mais antigas, a Mesopotâmia e o Egito, não há muitos registros relatando diretamente sobre relações homossexuais ou de como eram vistas, por conta da perda de muitos deles, porém é possível entender em algumas evidências de casos de pessoas famosas e do poder que participavam de relacionamentos profundos com o mesmo sexo, como o rei Hammurabi da Babilônia, Mesopotâmia, autor do

código de Hammurabi. Ele era conhecido por ter um amante homem análogo à esposa, e na mitologia da região haviam contos e épicos que não escondiam relações sexuais, como Enkidu ser criado para divertir Gilgamesh, soberano de Uruk, e quando Enkidu tivesse falecido, Gilgamesh ter lamentando como se fosse sua esposa.

Eskridge (1993) afirma que no Egito as evidências estão ligadas às tumbas, o faraó Akhenaton estando em imagens com posições íntimas com um companheiro, o que aparentemente era reservado para situações formais, como os casamentos atuais são, além de evidências mais indiretas, como, por exemplo os Israelitas, ao saírem do Egito levando alguns aspectos culturais, a Bíblia descreve Moisés dizendo para não seguirem mais alguns comportamentos normais do Egito e Canaã (Levítico 18:3) e cita dentre como exemplo, homens não deitarem-se com outros homens (Levítico 18:22).

Em contraste com as poucas informações disponíveis dessas duas civilizações sobre o assunto, os Gregos são conhecidos pelos relatos e mitos relacionados. Faro (2015) e Eskridge (1993) citam “Symposium” de Platão, que alega a originalidade da humanidade, segundo a mitologia da época, em três uniões possíveis, entre dois homens, duas mulheres, ou entre mulher e homem. Em sua história podemos citar a relação entre Aquiles e Pátroclo, que era dita como sendo igual a de um casamento, sem ter uma reunião oficial. Andrade (2017) cita Sócrates, um filósofo grego aberto a sua apreciação à homossexualidade e que afirmava que o coito anal dava-lhe inspiração, e aponta que para a sociedade grega existiam diferentes preferências sexuais que mudaram ao longo da vida, e em Roma, Coelho (2015) relata relações semelhantes, porém apenas para a atração entre homens, já que mulheres eram consideradas inferiores e excluídas de decisões do Estado. Porém, com a queda da Roma Ocidental, a influência do Cristianismo cresceu, e continuou a aumentando durante a idade média, trazendo punições para aqueles que tivessem afinidade com o mesmo gênero. Peixoto (2020) traz como é pregada a abstinência e vista conservadora, na qual o ato sexual deve ser voltado para a reprodução.

A parte leste sobrevivente de Roma, agora chamado de Império Bizantino, continuou a tornar ilegal relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo no Código Justiniano, livro de leis da época, 533 d.c., as colocando na mesma categoria que divórcio e adultério. Com isso, os ideais de abstinência e relacionamento hétero estariam sendo a cultura vigente da Idade média, porém nunca deixou de existir aqueles que desafiariam os costumes. Aqueles que fizeram, entretanto, foram os que formavam tais costumes, dentro da Igreja Católica, e entre os próprios clérigos existem poemas, cartas de amor e histórias homoeróticas, e a Igreja constrói instituições para que aqueles que quisessem formalizar a “amizade” ou

companheirismo, poderiam realizar uma cerimônia extremamente parecida com casamentos heterossexuais, e até o beijo final acontecia, com canções onde era comemorado como era bom que irmãos viveriam como um só ser (Eskridge, 1993). Boswell *et al.* (1989) ainda discute como tais cerimônias poderiam remeter a uma aceitação no início, pois nada disso era oculto, e ocorreram entre o século IV e o XIX.

Martel (2019), em seu livro “No Armário do Vaticano”, compartilha sua pesquisa dentro das paredes da Igreja Católica, contando como a hipocrisia nesse aspecto é exorbitante. Ele inicia contando como a homossexualidade era tolerada e abraçada dentro das paróquias, e até mesmo o número de gays aumenta quando mais se aproxima da posição do Papa, porém a visibilidade é proibida, era preciso ser discreto para aqueles de fora e manter o segredo “no armário”.

Evidências apontam que não eram apenas o ocidente e civilizações conhecidas que tinham a união de pessoas do mesmo gênero como algo cultural, como mostrado por Hinsch (1990) em seu livro “Paixões dos Corta Mangas”, expressão originada na China antiga para retratar pessoas gays, surgindo quando o imperador Han Aidi preferiu cortar as mangas cumpridas de sua roupa a acordar o amante dormindo nela, Dong Xian.

É importante perceber que, mesmo que casais do mesmo sexo existam, então, há milhares de anos, os termos homossexual e homossexualidade só passaram a existir no século XIX pelo austro-húngaro Károly Mária Kertbeny, surgindo para substituir o até então usado “inversão”, porém ainda remetendo ao diagnóstico da época, ou seja, uma doença, contrariando o “normal”, a heterossexualidade (Faro, 2015).

No Brasil, Belin e Neumann (2020) escrevem que quando os portugueses à aqui chegaram, aqueles que já estavam aqui apresentavam comportamento homossexual e, para os costumes europeus, extremamente sexual, o que foi alvo para as tentativas de “salvar suas almas” pelos padres, modificando sua cultura por considerá-los primitivos, e usando essa abertura como justificativa para abusos. É retratado como a sexualidade e o gênero eram fluídos para esses povos, não existindo papéis masculinos e femininos como no ocidente europeu.

Trevisan (2018) refere ao início das perseguições pela igreja no Brasil, continuando durante o Brasil Colônia e sendo considerado crime de sodomia, podendo ser sentenciado a morrer queimado e deixando descendentes carregando a má fama por toda as suas vidas. Em 1930 a sodomia sai do código penal com a fundação do império por Dom Pedro I, porém a perseguição e marginalização continuou, e na República foram elaborado outros meios legais para punir àqueles que agiam, segundo o novo código, contra a segurança e honestidade

familiar, o que lembra discursos homofóbicos atuais de defesa aos bons costumes e à família.

Belin e Neumann (2020) informam que, em 1932 a censura chegou a níveis exorbitantes, proibindo qualquer expressão em meios de comunicação pelas minorias. Durante os mandatos de Getúlio Vargas filmes e teatros que abordassem o tema também foram considerados imorais e contra a lei, utilizando marcações para separar aqueles que cometiam "desvios morais", expressão compartilhada pelo governo vigente e a Alemanha nazista.

Para conseguir sua liberdade e direitos, a comunidade LGBTQIA+ começaram os protestos nas décadas de 60 e 70, e segundo Facchini (2003), o surgimento do movimento mais oficialmente foi na segunda metade de 1970. Na década de 80 surge a AIDS, chamada de "peste gay" por se alastrar muito na comunidade de homens homossexuais pela falta de investimentos na educação e houve certa pausa nos movimentos, voltando na década de 90, onde tomou uma abertura maior, agora abrangendo não apenas os gays, mas lésbicas, transsexuais, bissexuais e outros grupos, juntando-se para o que hoje conhecemos pela sigla LGBTQIA+.

2.2. Sexualidade para a Psicologia

A sexualidade desde o início do surgimento da psicologia como ciência é considerada um dos aspectos principais para entender a natureza humana, como visto na abordagem da psicanálise, desenvolvida por Sigmund Freud, na qual na infância ocorre a chamada teoria de desenvolvimento psicosexual e suas fases (Vieira, 2009). Entretanto, é durante a adolescência que ocorre a puberdade, maturação física para a reprodução, andando junto com a maturação psicológica (Teixeira, 2022).

São Paulo (2006) apresenta a divisão da adolescência em três etapas, a inicial, dos 10 aos 13 anos, onde começa o aparecimento de características sexuais secundárias, o que traz muitas vezes insegurança em relação à própria imagem. É durante a fase média, dos 14 aos 16, que a exploração física da sexualidade está mais intensa, relacionamentos passageiros são comuns, assim como o descarte das consequências, o que pode levar a gravidez adolescente e infecções sexualmente transmissíveis (IST), caso prevenções como a camisinha forem dispensadas, e onde há início de aceitação ao próprio corpo. E a fase final, dos 17 aos 20, é onde toda a energia começa a se acalmar, as constantes mudanças corporais e psicológicas ficando estáveis para a vida adulta. A descoberta e investigação da orientação sexual ocorre em todas essas fases.

O tabu de haver uma comunicação franca em relação ao sexo e sexualidade afeta diretamente a saúde mental, principalmente para aqueles com transtornos mentais, como visto por Barbosa, Souza e Freitas (2015), onde casos de violência sexual, quando relatados para conhecidos, não eram acolhidos, e sim criticados e duvidados, e quando não relatados e/ou denunciados, eram possivelmente por vergonha, contudo qualquer que seja o caso, alterações psicológicas como pânico, depressão, problemas em sua saúde física e reprodutiva e outras repercussões em outras áreas da sua vida, ocorrem. Todavia, não é necessário casos extremos para observar a influência da sexualidade na saúde mental, já que, como já explicado, é influenciada por diversos aspectos, como político, religioso, psicológico, entre outros (OMS, 2002b) e em casos de negação, como as práticas de correção sexual, as consequências podem variar entre baixa auto estima, até a tentativas de suicídio, como conta o documentário Pray Away (2021).

Já foi citada a Resolução de 22 de Março de 1999 do CFP, a 01/99, onde foi resolvido que para psicólogos é imprescindível a reflexão sobre o preconceito e estigmatização que gays sofrem e devem auxiliar em dispersar conhecimento sobre o assunto, a fim de desaparecer tais discriminações, e dentre o artigo terceiro, há a vedação de ações que disseminem a patologização de comportamentos homoeróticos (CFP, 1999). Esta, todavia, não é a única Resolução que o CFP dispôs sobre a comunidade LGBTQIA+, podendo ser citada a número 01 de 29 de Janeiro de 2018, que exigia o mesmo que a resolução 01/99, desta vez voltada para o público de transsexuais e travestis (CFP, 2018), e a resolução número 10 de 27 de Março de 2018, onde psicólogos têm o direito de optar por dispor o seu nome social dentro do sistema do CFP e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), dentre eles a Carteira de Identidade Profissional (CIP), cadastros, boletos de pagamento, formulários e outros (CFP, 2018).

2.3. Práticas de Correção Sexual

Como visto, apenas recentemente a homossexualidade passou a não ser considerada mais doença, e portanto inferior à heterossexualidade. Entretanto, ainda existem esforços e serviços afirmando trazer "cura" e "correção", mudando a sexualidade para o padrão heteronormativo, o que dá o nome às práticas de correção sexual. Nome este, porém, que se alterou ao longo dos anos, sendo encontrado correção, reorientação, reparação, conversão, reversão, readequação, e, recentemente, cura gay.

Essas tentativas de conversão ocorrem em muitos contextos religiosos, mas, como

Fróes (2022) destaca, não é restringida a isso. As expressões "cura" e "terapia" muito utilizadas para denominar esses esforços demonstram como a linguagem mais voltada para a área de saúde e psicologia é usada para justificar a violência física e mental que ocorrem nesses espaços.

Dentro dessas táticas é documentado a utilização de hormônios e outras medicações fortes como antidepressivos e psicóticos, punição e recompensa envolvendo inclusive descargas elétricas, explicações para a homossexualidade como algo que veio de abusos, relacionamento distante ou conflituoso com os pais ou influência de terceiros, e nos campos mais voltados para a religião pode-se identificar sessões de exorcismo, roda de oração para libertação e tirar o inimigo do corpo e até jejum. Ocorre também em contextos como a escola e dentro de casa, utilizando sermões e palavras como "pecado", "impuro" e "aberração", o que normalmente acontece desde a infância e influencia a pessoa a reprimir a própria sexualidade, acreditando ser errado (Fróes, 2022).

Um dos nomes a propagar esses serviços foi o psicólogo Joseph Nicolosi, ativista que pregava a liberdade dos sentimentos de atração pelo mesmo sexo e o primeiro a utilizar o termo "Terapia Reparativa", afirmando em seu livro "Homossexualidade: Um Guia de Orientação aos Pais Para a Formação da Criança" de 2008, que a prevenção da homossexualidade é possível na infância, sendo esta resultado de uma criação deficiente de afeto pelos pais (Nicolosi, 2008).

O documentário Pray Away (2021) conta as histórias de membros de organizações que propagam esses ideais de cura-gay, como a Exodus retratada no filme, com a reviravolta de que os membros entrevistados, ao final, contam o quanto sentiam-se culpados e arrependidos por espalhar uma falsa imagem, de que é possível tornar-se hétero, aos poucos corroendo a auto estima dos participantes por ainda sentirem atração pelo mesmo sexo, nunca conseguindo alcançar a imagem que os outros membros mostravam, e se perguntando, o que haveria de errado nele por não ser aquilo que era esperado. As consequências dessa dúvida ocasionando transtornos psicológicos, o mais comum sendo a depressão, com as chances de suicídio dobrando para aqueles que participam do tratamento.

Porém, não é apenas no exterior que ocorreram tentativas de espalhar essas táticas, como exemplo a Rozângela Alves Justino, ex-psicóloga do Rio de Janeiro que compartilhou suas ofertas de reversão e foi denunciada em 2007, e mesmo recebendo algumas punições, continuou a atuar e não houve modificações em sua prática. Foi apenas doze anos depois, em 2021, que seu registro profissional foi cassado. Durante esse tempo juntou seguidores e fez falas de tentativa de uma "ditadura gay" por grupos "pró-homossexualismo" (Fróes, 2022).

Dentro do Código de Ética Profissional do Psicólogo, de 2005, podemos citar algumas passagens que apoiam a cessação de todo e qualquer prática citada, como os Princípios Fundamentais I, II, III, V e VI, onde é expressado que o trabalho dos psicólogos devem promover dignidade, integridade, liberdade, saúde e qualidade de vida, eliminando discriminação, crueldade e opressão, tendo em vista a responsabilidade social no meio que atua, tendo cada ser humano aspectos biológicos, psicológicos, histórico-cultural, econômico, político e espiritual, buscando promover o acesso aos conhecimentos necessários para o seu aprimoramento, não esquecendo de exercer seus serviços com dignidade.

O Art. 1º acrescenta que apenas técnicas com fundamentos teóricos reconhecidos pela ética e legislação profissional podem ser utilizadas, e o Art. 2º veda atos de negligência, crueldade, opressão, indução ao paciente de convicções morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou outros tipos de preconceito que o psicólogo carregue, assim como utilizar o exercício profissional como instrumento de castigo, tortura ou outra forma de violência, igualmente ao uso de técnicas não regulamentadas ou conhecidas pelo Conselho, ou estar vinculado com organizações ou pessoas que exerçam qualquer item citado.

Se formos levar em conta o ano da Resolução 01/99, o código de ética vigente era o terceiro, de 15 de agosto de 1987, e nele podemos igualmente observar como as práticas não agiam de acordo com a ética vigente 12 anos antes da resolução ter entrado em vigor, como verificado nos Princípios Fundamentais I, II, IV, VI e VII, que norteiam o trabalho profissional dos psicólogos com base no respeito, integridade, buscando promover o bem-estar, analisando criticamente a realidade de cada pessoa, obedecendo os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A principal evidência é o princípio VI, dizendo que o profissional tem dever de eliminar a opressão e marginalização, que é o que as práticas de correção sexual propagavam em relação ao público LGBTQIA+. Complementando este fundamento há o Art. 2º, vedando a indução ao paciente as convicções do psicólogo, e dentre elas, morais e religiosas.

O Conselho Federal de Psicologia (2019) em seu livro "Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs", organiza relatos abrangendo desde situações diárias de lgbtfobia, até a experiências dentro das terapias de reversão, como a negação da orientação ou gênero que a pessoa apresenta, internações compulsórias e/ou coagidas, eletrosonoterapia conhecido como Neurotron, minimização de sintomas de ansiedade e depressão causados não por ser diferente do padrão, mas sim pela rejeição e violência vividos, ocasionando em sintomas somáticos e agravamento de sintomas posteriores, exposições, humilhações, vigilância, tortura física e psicológica, culpabilização e depreciação, utilização de medicamentos, pregando a

Bíblia dentro de sessões psicológicas, exorcismos e outros (CFP, 2019).

3. METODOLOGIA

O presente artigo utilizou a metodologia de revisão bibliográfica, afinal, como aponta Barros (2009), ninguém inicia uma pesquisa acadêmica do zero, utilizou-se de questões já levantadas anteriormente, fazendo reflexões próprias a partir de ideias de autores prévios, com o propósito de abordar o que são as práticas de correção sexual e quais suas consequências .

O esquema da pesquisa foi realizada através da busca em três bases de dados eletrônicos: o Scientific Eletronic Library Online (SciELO), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando três diferentes palavras chaves: "Cura gay", "*Reorientation Therapy*" e "*Conversion Therapy*", utilizando o filtro "*Psychology*" e delimitando para trabalhos realizados nos últimos 5 anos e sendo nas línguas portuguesas ou inglesa, nas três plataformas. No Periódico CAPES, a palavra chave "*Conversion Therapy*" foi usada, dentro da busca avançada com a configuração de ter que ser o termo exato para aparecer nos resultados, pois houve um grande número de resultados sem essa configuração, mais de setecentos mesmo com os outros filtros, e a maior parte referenciava conceitos médicos que não adentravam do tema proposto. Os dados quantitativos estão representados na Tabela 1.

Tabela 1. Dados quantitativos que representam a quantidade de artigos obtidos sem e com o uso do filtro.

Base de Dados	Quantidade Sem Filtro	Quantidade Com Filtro
SciELO	98	3
CAPES	1.409	113
BDTD	147	13
Total	1.654	129

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Condizente com a Tabela 1, foram encontrados, após a aplicação dos filtros, cento e vinte e nove resultados, e dentre eles foram escolhidos onze após a leitura inicial, constatando-se de uma análise do resumo se o mesmo adentrava-se no tema proposto, as técnicas de reorientação sexual dentro da psicologia e suas consequências. Houve, com alguns artigos da língua inglesa, a impossibilidade de acessar os trabalhos completos dentro da plataforma digital

Periódico CAPES, ocorrendo eliminação desses por não ser possível realizar a leitura. Segue a Tabela 2, mostrando os artigos que passaram pela leitura inicial e onde foram encontrados.

Tabela 2. Artigos que passaram pela leitura inicial e onde foram encontrados.

Trabalhos Acadêmicos	Scielo	CAPEL	BDTD
Fósseis do Campo Psi: sobre Conversão de Orientação Sexual e Gênero	X	X	
Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”	X	X	X
Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XX		X	
Psicologia e “ideologia de gênero”: tensões e conflitos em torno da Resolução 01/99		X	
Crenças sobre a cura da homossexualidade: uma explicação a partir de variáveis socioculturais			X
“cura gay”: uma cartografia dos discursos sobre a Resolução CFP 01/99 no Facebook			X
Ridding Canadian medicine of conversion therapy		X	
Absence of Behavioral Harm Following Non-efficacious Sexual Orientation Change Efforts: A Retrospective Study of United States Sexual Minority Adults, 2016–2018		X	
Sex, gender and gender identity: a re-evaluation of the evidence		X	
Conversion therapies and access to transition-related healthcare in transgender people: a narrative systematic review		X	
On Conversion Talk in Indian Clinical Contexts: A Pilot Venture		X	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Como visto na Tabela 2, alguns artigos foram repetidos dentro das três bases de dados escolhidas, aparecendo em mais de uma pesquisa. Passando desta averiguação, os artigos foram lidos por completo e excluídos ou incluídos na seleção final de acordo com o conteúdo, se além de mencionar as práticas de conversão, o trabalho adentra ao que são e como afetam o psique humano.

Os artigos retirados foram: "Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”", "Psicologia e “ideologia de gênero”: tensões e conflitos em torno da Resolução 01/99" e "“Cura gay”: uma cartografia dos discursos sobre a Resolução CFP 01/99 no Facebook", restando oito trabalhos acadêmicos que foram utilizados nesse artigo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Binkowski (2019) em seu artigo ‘Fósseis do Campo Psi: Sobre Conversão de Orientação Sexual e Gênero’ e o trabalho ‘Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI’, de Macedo e Sívori (2018) são revisões bibliográficas que abordam a história da psicanálise dentro das tentativas de reorientação sexual, explicando como as teorias de Freud acabaram sendo usadas posteriormente para justificar tais ações, e como a religião afetou e ainda afeta a psicologia, principalmente quando Binkowski (2019) expõe como o psicólogo tem o poder de induzir o paciente, e quando não há profissionalismo, o que inclui a laicidade, pode falhar ao tentar modificar o outro por demanda social, não seguindo os fundamentos da profissão, como ocorre com os chamados psicólogos cristãos e/ou evangélicos, segundo Macedo e Sívori (2018), que relembram que o Brasil é um marco por ter um documento como a Resolução 01/1999 do CFP. Porém, apesar dos elogios, é criticado por tais profissionais que utilizam a religião dentro do que deveria ser um espaço unicamente aberto ao cliente.

A obra de Rezende (2021), ‘Crenças sobre a cura da homossexualidade: uma explicação de variáveis socioculturais’ se desdobra em seis artigos para completar um único trabalho, buscando entender o que leva as pessoas a acreditar que a homossexualidade é algo que tem que ser curado, trazendo como no Brasil ainda é um assunto pouco estudado, sendo achado poucos artigos acadêmicos se comparado ao exterior. Ao mesmo tempo o Brasil é o país em que há mais assassinatos de pessoas LGBTQIA+ no mundo, não sendo algo inédito ao relembrar Macedo e Sívori (2018) em sua apresentação como a luta contra a Resolução 01/1999 no sistema judiciário não se encerrou, tornando uma luta constante a aceitação de não ser heteronormativo como algo normal e não um transtorno.

Rezende (2021) realiza uma justaposição com Binkowski (2019) e Macedo e Sívori (2018) ao continuar a contar a história da despatologização da homossexualidade, enquanto alguns pesquisadores tentavam usar a psicologia para justificar a sua colocação como doença, outros utilizavam testes como o de Rorschach para averiguar os erros daqueles que insistiam que apenas o heterossexual cis era uma expressão sexual e de gênero saudável. Sua pesquisa foca-se, entretanto, em produzir um mapeamento de crença sobre a cura da homossexualidade, iniciando com uma revisão bibliográfica no seu primeiro artigo: ‘A cura da homossexualidade: uma revisão sistemática’, seguido por um estudo qualitativo de 237 participantes que responderam questões abertas sobre o assunto no segundo artigo: ‘Mapeando as crenças sobre a cura da homossexualidade: um estudo qualitativo, o resultado chegando sendo que as terapias de correção’ não se focam em igualdade, mas sim em crenças discriminatórias contra pessoas

LGBTQIA+.

O autor em seguida elaborada uma Escala de Crenças Sobre a Cura da Homossexualidade (ECCH), havendo um extenso trabalho para a sua verificação de funcionamento relatado nos artigos três: ‘Escala de crenças sobre a cura da homossexualidade (ECCH): desenvolvimento e evidências psicométricas’, e quatro: ‘Escala de crenças sobre a cura da homossexualidade (ECCH): comprovação da estrutura e evidências de validade convergente’, havendo o quinto: ‘Crenças (des)favoráveis sobre a cura da homossexualidade: proposta de um modelo explicativo’, um estudo em esquematizar crenças preconceituosas em relação a opinião sobre a cura gay, utilizando 375 participantes que responderam três escalas: Preconceito Sexual, Atitudes frente a Gays e Lésbicas e por último Crenças sobre a Cura da Homossexualidade, resultando na conclusão que aqueles com crenças negativas sobre a comunidade LGBTQIA+ eram mais inclinados a serem a favor de haver a possibilidade de correção sexual.

O último artigo, ‘Orientação à dominância social e crenças sobre a cura da homossexualidade: o papel mediador dos valores normativos’, analisou a esquematização entre valores sociais, orientação à dominância social, ou seja, ter uma ênfase na hierarquia e estruturas entre grupos, e crenças sobre a cura da homossexualidade, utilizando a ECCH elaborada, Questionário de Valores Básicos e Escala de Orientação à Dominância Social em 391 pessoas para correlacionar os três tópicos, tendo a conclusão de que aqueles que colocam importância na hierarquia social e/ou são guiadas por princípios tradicionais, são mais propensos a acreditar na reorientação sexual como positiva, não exatamente para a saúde mental de quem participa, mas para manter o status quo (Rezende, 2021).

Ridding Canadian medicine of conversion therapy (Livrando a medicina Canadense da Terapia de Conversão, tradução nossa) de Salway e Ashley (2022), uma revisão bibliográfica breve de terapias de conversão no Canadá, nos lembra que não é apenas em consultórios psicológicos, psiquiatras ou médicos licenciados que podem ser encontradas essas práticas de correção, mas também daqueles que não tem as credenciais necessárias para qualquer atendimento psicológico, ou em situações mais diárias, como chats de mensagem online, palestras, ou principalmente em situações religiosas, como encontros e acampamentos bíblicos, muito comum nos Estados Unidos como apresenta Macedo e Sívori (2018), nos chamados camp meetings, ou encontros em acampamentos, e peregrinações religiosas, onde diziam ser realizados diversos milagres e curas físicas, espirituais e psicológicas.

No Canadá, como as autoras Salway e Ashley (2022) demonstram, o mais utilizado são as terapias onde a opinião contra o grupo LGBTQIA+ é exposta explícita e implicitamente,

porém há relatos de casos mais severos, como a terapia com eletrochoque. Ao se referir em práticas severas, ‘Sex, gender and gender identity: a re-evaluation of the evidence’ (Sexo, gênero e identidade de gênero: uma reavaliação das evidências; tradução nossa) de Griffin *et al* (2021) faz uma revisão bibliográfica sobre como, mesmo pessoas LGBTQIA+ não sendo consideradas ter nenhuma patologia em razão de sua identidade sexual e de gênero, intervenções médicas ainda são ambicionadas para adentrar o considerado “normal” pelos valores pessoais. Como exemplo é citado o caso de Alan Turing, descoberto gay e prescrito estrogênio dentro do chamado de tratamento hormonal, o que o tornou estéril e trouxe complicações em sua saúde.

Em outro artigo, ‘On Conversion Talk in Indian Clinical Contexts: A Pilot Venture’ (Dentro do Assunto de Conversão no Contexto Clínico na Índia: Um Projeto Piloto; tradução nossa) de Chatterjee e Mukherjee (2021) investigações são feitas nas narrativas de duas pessoas indianas transgêneros, chamadas de P1 e P2, com idades entre 24 e 25 anos que experienciaram terapia de conversão. P1 tem 25 anos, é não-binário, utilizando, em inglês, os pronomes they/them, em português elu/delu ou outras variações que não se qualificam masculino ou feminino. Elu narra que quando se assumiu para os pais, foi tratado com desprezo, e sugeriu que eles fossem para terapia a fim de entendê-lo melhor. O pai vai atrás de um psiquiatra que afirma que seu “filho” pode ser curado, e para isso “ele” tem que cortar contato com qualquer pessoa da comunidade LGBTQIA+ e confirma todas as crenças preconceituosas que o progenitor possuía, levando a discórdia entre P1 e o pai.

P2 é uma mulher transsexual não binária, 24 anos, utilizando os pronomes ela/dela que voltou para a casa de sua família durante a quarentena do COVID-19 após muita insistência de seus pais. Porém logo iniciou-se a pressão para tornar-se mais masculina, iniciando tratamentos contra a sua vontade e que a deixavam extremamente desconfortável, como ter de responder questões intrusivas da sua sexualidade, inclusive como se masturbava e a frequência, além dos efeitos dos medicamentos que aumentavam sua disforia corporal. Quando saiu da casa dos pais, eles cortaram seu suporte financeiro, deixando-a sem ter a quem pedir ajuda. Hoje ela já participa de terapia e iniciou tratamento hormonal para auxiliar a sua transição. Uma das informações que Griffin *et al* (2021) traz, são as práticas de correção sexual que datam desde dos anos de 1800 e consistem em visitas forçadas de homens gays a mulheres profissionais do sexo e em alguns casos até mesmo castração, e mesmo sendo algo que parece apenas acontecer há 100 anos, existem casos que ocorrem nos dias atuais.

Ambos os trabalhos de Chatterjee e Mukherjee (2021) e ‘Conversion therapies and access to transition-related healthcare in transgender people: a narrative systematic review

(Terapias de Conversão e acesso a assistência médica relatado a transição em pessoas transgênero: uma revisão narrativa sistemática; tradução nossa)' de Wright, Candy e King (2018), trazem casos de estudo nos quais tentativas de técnicas de reorientação sexual ou de gênero foram feitas. Wright, Candy e King (2018), realizaram em específico, uma revisão de documentos que relataram a dificuldade no acesso de atendimento médico em relação a procedimentos de transição, como esses obstáculos são colocados e como isso impacta a saúde mental dos indivíduos aos quais foram negados o atendimento, sendo encontrados sete estudos dentro dos parâmetros descritos, quatro deles foram estudos de caso de psico atendimentos.

O primeiro é de Andy, sete anos de idade e designado menino no nascimento, foi levado a psicoterapia pela mãe pelo comportamento de “fingir ser uma garota” e mãe de um amigo terem instruído a não brincar com Andy por conta disso. O autor do estudo de caso, Zienst, utiliza apenas ele/dele ao se referir a criança, mesmo quando expressado o desejo de iniciar a transição, sendo escrito como Andy falava que queria ser uma garota. Foi feito um atendimento focado na interação com os pais e no desenvolvimento da criança, que ao final relata o desejo de permanecer menino, mas tendo comportamentos culturalmente designados a meninas, e depois de seis anos Andy relata medo de ser chamado de gay durante a faculdade.

O segundo caso é de Samantha, removida dos cuidados da mãe adotiva com um ano e seis meses e aos seis anos sendo levada ao atendimento psicológico por ter preferência a coisas masculinas. Role play, uma técnica do psicodrama, e narração de histórias foram utilizados para entender a identidade de gênero, no estudo sendo tratado como um transtorno. Foi explicado como a falta da figura materna é responsável pela perturbação na expressão de gênero, dando a entender que a transsexualidade é resultado de uma infância conturbada. Houve mais tratamentos utilizados, mas que não foram especificados.

O terceiro caso é de uma pessoa anônima que se identificava mulher desde os 15 anos, tendo uma tentativa contra a sua vida por overdose aos 16 pela pressão e animosidade familiar pela sua identidade. Seu tratamento clínico inicialmente era para seu diagnóstico de Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) e comportamento ansioso e depressivo, porém foi utilizado de técnicas de auto-exposição para, segundo os autores do estudo, Wright, Candy e King (2018), tratar do “transsexualismo”, mesmo após a paciente recusar qualquer tratamento relacionado ao seu gênero. Os resultados foram efetivos, relatado que mudou a identidade de gênero do paciente, o que foi refutado quando a paciente continuou com a sua transição.

O quarto caso foi de sete crianças com menos de 10 anos que passaram por três a quatro visitas clínicas por seus responsáveis desejarem a diminuição da vontade de mudança de gênero pelos filhos, utilizando jogos psicoterápicos, explorando por meio de bonecas e brinquedos

diversos como a identidade se apresentava, os responsáveis também sendo introduzidos nas sessões para avaliar o comportamento com e sem a sua presença. Era encorajado limitar condutas do gênero oposto que as crianças exibissem.

O único artigo que trouxe uma visão diferente foi ‘Absence of Behavioral Harm Following Non-efficacious Sexual Orientation Change Efforts: A Retrospective Study of United States Sexual Minority Adults, 2016–2018 (Ausência de Comportamento de Risco ao Passar por Tentativas Não Eficazes de Mudança de Orientação Sexual)’ de Sullins (2022), no qual ele realizou uma pesquisa para analisar a saúde mental daqueles que, como diz o título, passaram por tentativas de reorientação sexual que não foram eficazes, examinando seus comportamentos além da ideação suicida, comportando alcoolismo, abuso de substâncias, comportamento auto destrutivo e sofrimento psicológico. Foram levantadas três gerações diferentes no estudo, 52 a 59 anos, aqueles que passaram pelo movimento de libertação gay, 32 a 41 anos, sendo da época da epidemia de AIDS, e 18 a 25 anos, visualizando o grande foco na legalidade de casamentos não-heterossexuais. Realizado nos Estados Unidos, também foi restrita a pessoas cis gênero e eram ou brancos, latinos ou negros. De inicialmente 366.640 pessoas, 1.518 foram utilizadas em um questionário e tiveram as respostas necessárias para serem consideradas para os resultados do estudo.

A primeira pergunta era voltada para se a pessoa já recebeu tratamento a fim de mudar a sua orientação sexual, e se sim, qual idade isso ocorreu e em seguida adquire-se dados pessoais demográficos, como etnia, nível educacional, de renda e saúde atual, qual a orientação sexual e gênero atribuído no nascimento (masculino ou feminino). As informações retiradas foram divididas em captar indicadores de estressores envolvidos nas práticas de correção, como discriminação e estigma social na infância e vida adulta, além de analisar percepção que tinham da atitude alheia, em relação a sua identidade sexual. Por fim buscam perceber estressores como isolamento, exaustão ou conflito, algo não especificamente devido ao tema.

Ele conclui que aqueles que passaram por tais terapias não eram mais propensos a ter qualquer comportamento de risco do que outras pessoas, o que outras pesquisas discordam fortemente, incluindo os outros sete artigos escolhidos neste trabalho, em especial Rezende (2021) citando um grupo que ao passar pelo processo, desenvolveram sofrimento psicológico como depressão e ataques de pânico e que ainda traz um livro usado anteriormente neste artigo, “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, de autoria do CFP (2019) com relatos profundos da angústia de pessoas LGBTQIA+, contestando a pesquisa de Sullins (2022) e todos aqueles que ainda acreditam que a normalização de práticas de correção sexual vão trazer alívio.

Rezende (2021) ainda nos traz que são fatores externos que levam LGBTQIA+ para as terapias de reorientação, não a sexualidade em si. Medo de viver em pecado e ser punido, a reação da família e amigos, a expectativa da sociedade, violência, desemprego e outros eventos negativos. Ou seja, não é por ser gay, mas o que outras pessoas reagem ao descobrir a sexualidade e identidade de gênero, e como a pessoa muitas vezes internaliza esses valores negativos como verdade.

Chatterjee e Mukherjee (2021) acata essa ideia em seus estudos de caso. No primeiro caso, a pessoa vendo ser impossível continuar morando com seus pais pelo tratamento de desgosto e mais tarde o pai tornando-se abusivo, tendo de buscar psicoterapia para lidar com o trauma, e no segundo caso havendo pressão da família a se submeter a tratamentos que pioraram sua saúde física e mental, e quando parou de tomar os medicamentos e saiu de casa, os pais encerram qualquer tipo de suporte. Em ambos os casos a força vigente para o início da terapia não foi desconforto com a própria sexualidade, e sim os familiares e responsáveis induzindo suas opiniões e crenças, mesmo que significasse angústia mental e física.

Outra forma de tentativa de conversão fora do ambiente terapêutico se encontra na dificuldade que pessoas LGBTQIA+, principalmente, mas não exclusivamente, transsexuais, deparam-se ao tentar encontrar atendimentos de saúde seguros para se descobrir ou afirmar sua sexualidade ou identidade de gênero. Como Salway e Ashley (2022) afirmam ao relatar a desigualdade de tratamento de saúde no Canadá e como o sistema médico deveria ficar atento a cultura de dificultar ou negar serviços para essa população, para assim conseguir redefinir regras e comportamentos para ir de encontro a inclusão e diversidade. Wright, Candy e King (2018) centram seu tema neste assunto, exemplificando, ao trazer o bloqueio que transsexuais passam ao tentar acessar medicamentos para adiamento da puberdade antes de iniciar o tratamento hormonal adequado para a reafirmação de gênero, como tais remédios se tornaram polêmicos na mídia, voltando-se ao discurso de arrependimento daqueles que começassem a tomar e descobriam-se cisgênero após.

Os autores focaram nos atendimentos em que os pacientes atendiam os critérios para realizar procedimentos ou obter medicações, porém ainda eram negados e ainda muitas vezes os profissionais utilizavam os pronomes incorretos ao se referir às pessoas transexuais. Quando os obstáculos não eram colocados propositalmente, muitas vezes por motivos pessoais de religião e crenças, era por insegurança e não ter conhecimento do que era necessário ou desencorajamento de colegas atuantes. Outro tema recorrente foi a falta de profissionais de saúde mental para auxiliar aqueles que buscavam tais serviços, expondo a importância de um reajustamento do sistema médico, como Salway e Ashley (2022) propuseram.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os oito artigos apresentados durante a seção de Resultados e Discussão, quatro foram revisões bibliográficas, dois foram pesquisas científicas e dois apresentaram estudos de caso. Dentre eles, três foram na língua portuguesa e cinco na inglesa, logo, tendo mais da metade dos trabalhos se encontrando fora do Brasil, como Índia, Canadá e, principalmente, nos Estados Unidos. Observa-se assim, a falta de trabalhos dentro do tema no Brasil, o que é sentido por ainda estar presente, existindo casos de correção sexual e de gênero acontecendo em diversos contextos, profissionais e informais, e que esteve muito evidente em discussões no aspecto judiciário a menos de 5 anos.

Um aspecto significativo desse artigo foi Sullins (2022), com a sua pesquisa que serviu de antítese ao afirmar que não há consequências psicológicas àqueles que passam por práticas de reorientação, o que foi o resultado oposto do obtido nos outros artigos. Logo, é imperativo a criação de estratégias mais eficazes para a extinção dessas práticas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Em nosso país, o Conselho Federal de Psicologia poderia ter melhores práticas de atuação para investigar as denúncias e executar as sanções previstas em suas Resoluções, principalmente a 01/1999, referente à proibição de práticas de correção sexual e de gênero dentro da psicologia ou de psicólogos publicamente incentivando o uso, algo que acontece diariamente e continua sem penalidade.

Dessa forma, é verificado que é necessária a presença de mais estudos no Brasil voltados para o tema sexualidade, principalmente estudos de casos, para os quais o número de contribuições acadêmicas ainda são tão poucas, pois assim a luta da comunidade LGBTQIA+ não será contra um inimigo invisível, mas sim algo já estudado e entendido amplamente as suas consequências.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Tiago Souza Monteiro. O Relacionamento Homoerótico na Grécia Antiga: uma prática pedagógica. **Faces da História**, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 58-72, 2017. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/271/835>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ANTIGO TESTAMENTO: **BÍBLIA**, A. T. Levítico. In: Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. 4ª Edição. São Paulo - SP: Imprensa da Fé, 2011.

BALIN, Matheus de Oliveira; NEUMANN, Ricardo. **História da Homossexualidade no Brasil: abusos, perseguições, repressões e o avanço do movimento lgbt+**. 2020. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de História-Licenciatura, Universidade do Sul de Santa Catarina,

Santa Catarina, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16212/1/Matheus%20de%200livera%20TCC.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

BARBOSA, Jaqueline Almeida Guimaraes; SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro; FREITAS, Maria Imaculada de Fátima. A abordagem da sexualidade como aspecto essencial da atenção integral de pessoas com transtornos mentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 7, p. 2165-2172, jul. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015207.01792014>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/tG9vHspgN7zCvFbMcLTdH8H/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BARROS, José D'Assunção. A Revisão Bibliográfica – Uma Dimensão Fundamental Para O Planejamento Da Pesquisa. **R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora**, [s.l.], v. 11, n. 2, [s.p.], jul./dez. 2009. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18708/9826>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BELIN; NEUMANN. História da homossexualidade no Brasil: abusos, perseguições, repressões e o avanço do movimento lgbt+. 2020. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020. Disponível em:
<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16212>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BINKOWSKI, G.I. Fósseis do campo psi: sobre conversão de orientação sexual e de gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 39, n.3, p. 236-241, 2019. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://www.scielo.br/j/pcp/a/yPMZ3v4pLvJQpZH86WXPNYP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: nov 2023.

BOSWELL, John *et al.* **Homosexuality in the Priesthood and the Religious Life**. New York: Crossroad Publishing Co,U.S.1989.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Discriminação e Violência contra a População LGBTQIA+: relatório de pesquisa**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contralgbtqia.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

CHATTERJEE A.; MUKHERJEE T. On Conversion Talk in Indian Clinical Contexts: A Pilot Venture. **Journal of Psychosexual Health**, v. 3, n. 4, p. 308-314, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/26318318211030197>. Acesso em: nov 2023.

COELHO, Fabiano Souza. História, Sexualidade e Literatura no Império Romano: análise das representações de gênero nos livros das metamorfoses de ovídio. **Fato & Versões: História, Gênero e Violência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, [s.p.], ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1285>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2022 / Conselho Nacional de Justiça**. Departamento de Pesquisas Judiciárias. Brasília, DF: CNJ, 2022.

Disponível em: chrome

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022-1.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial da União**:seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 110, p. 4, 9 jun. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 01/99**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Distrito Federal. 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucao-01-99/historico/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Resolução n.º 02/87, 1987. Disponível em: <<https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/10/2005/05/Codigo-de-Etica-Profissional-do-Psicologo.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 001/ 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 001/2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transsexuais e travestis. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-2018-estabelece-normas-de-atuacao-para-as-psicologas-e-os-psicologos-em-relacao-as-pessoas-transsexuais-e-travestis?origin=instituicao&q=01/2018>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 010/ 2018**. Dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-10-2018-dispoe-sobre-a-inclusao-do-nome-social-na-carteira-de-identidade-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-e-da-outras-providencias?origin=instituicao&q=10/2018>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. 1ª Edição. Brasília, DF, junho, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf Acesso em: 28 nov. 2023.

COSTA, A. E. de O.; SILVA, D. M. V. da; JÚNIOR, J. I. L. Reorientação Sexual: Compromisso Científico ou Subterfúgio para Cura Gay? **Gep News**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 198–

203, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/5272>. Acesso em: 18 abr. 2023.

ESKRIDGE, William N. A History of Same-Sex Marriage. **Virginia Law Review**, Virginia, v. 79, n. 7, p. 1419-1513, 1993. Disponível em: https://openyls.law.yale.edu/bitstream/handle/20.500.13051/736/A_History_of_Same_Sex_Marriage.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 30 maio 2023.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 10, n. 28, p. 81-125, 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=20788>. Acesso em: 31 maio 2023.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 maio 2023.

FRÓES, Anelise; BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. **Entre curas e terapias: práticas de conversão sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo. All Out e Instituto Matizes. 2022.

GOMES, Fábio da Silva. Vivência sexual de algumas civilizações antigas ocidentais: gregos, romanos, povos nativos da América portuguesa e de partes da África. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [s.l.], v. 3, n. 9, p. 27-49, 31 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.31560/2595-3206.2020.9.11007>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11007>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GOMES, Patrícia Caróli Dias. **Educação sexual e a relação escola/família**. 2008. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/aic/article/download/470/394>. Acesso em: 28 maio 2023.

GONÇALVES, A. O. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da cura gay. **Religião & Sociedade**, [s.l.], v. 39, n. 2, p. 175-199, ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07>. Acesso em: 18 abr. 2023.

GONÇALVES, A. C. *et al.* **A Violência LGBTQIA+ no Brasil**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. Direito, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29886>. Acesso em: 09 maio 2023.

GRIFFIN L, CLYDE K, BYNG R, BEWLEY S. Sex, gender and gender identity: a re-evaluation of the evidence. **BJPsych Bull**, [s.l.], v. 45, n. 05, p. 291-299, oct 2021. DOI: 10.1192/bjb.2020.73. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridgecore/content/view/76A3DC54F3BD91E8D631B93397698B1A/S205646942000073Xa.pdf/sex-gender-and-gender-identity-a-re-evaluation-of-the-evidence.pdf>. Acesso em : nov 2023.

HINSCH, Bret. **Passions of the Cut Sleeve: the male homosexual tradition in china**. Berkeley e Los Angeles: University Of California Press, 1990. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 09 maio 2023.

KRAFFT-EBING, R. V. **Psychopathia Sexualis**. Londres, 1894.

MACEDO, Cleber Michel Ribeiro de; SIVORI, Horacio Federico. Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, [s.n.], p. 1415-1436, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MARTEL, Frédéric. **No Armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019. 499 p.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 1852. Tradução de Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804654/mod_resource/content/0/Marx%20-%20O%2018%20Brum%C3%A1rio%20de%20Lu%C3%ADs%20Bonaparte%20%28Boitempo%29.pdf. Acesso em: 04 abr. 2023.

MEIRA, Renan Devitto; SANTANA, Luciana Teófilo. SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL:: primeiras aproximações. Trilhas Pedagógicas, [S. L.], v. 4, n. 4, p. 160-181, ago. 2014. Disponível em: <https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/trilhas/volume4/11.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

NICOLOSI, Joseph; NICOLOSI, Linda Ames. **Homossexualidade: um guia de orientação aos pais para a formação da criança**. [s.l.]: Shedd Publicações, 2008.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. Igreja Católica e Homossexualidade: conflitos e perspectivas. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 23, p. 8-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22145/22003>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PRAY AWAY. Direção de Kristine Stolakis. Estados Unidos: Multitude Films, 2021. 104 min., son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81040370>. Acesso em: 02 jun. 2023.

REZENDE, Alessandro Teixeira. **Crenças sobre a cura da homossexualidade: uma explicação a partir de variáveis socioculturais**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2021.

SÃO PAULO. Lígia de Fátima Nóbrega Reato. Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (org.). **Desenvolvimento da Sexualidade. Manual de Atenção À Saúde do Adolescente**, São Paulo, p. 109-115, 2006. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/documents/52800/858380/Manual+de+Aten%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Sa%C3%BAde+do+Adolescente/39528dd8-0202-48e4-af1f-9de7820fe131?version=1.0>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SALWAY, T.; ASHLEY, F. Ridding Canadian medicine of conversion therapy. **CMAJ**, v. 194, n. 01, p. 17-18, jan 2022. DOI: 10.1503/cmaj.211709. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8800469/>. Acesso em: nov 2023.

SCHWARTZ, Fernanda Tabasnik; LOPES, Graziela Pereira; VERONEZ, Lauren Frantz. A importância de nomear as emoções na infância: relato de experiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 637-639, dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/yPMZ3v4pLvJQpZH86WXPNY/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SULLINS, D. P. Absence of Behavioral Harm Following Non-efficacious Sexual Orientation Change Efforts: A Retrospective Study of United States Sexual Minority Adults, 2016–2018. **Front. Psychol.**, [s.l.], v. 13, [s.n.], p. 202, 02 feb 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.823647/full>. Acesso em: nov 2023.

TEIXEIRA, Igor Boito. **Psicologias do desenvolvimento da adolescência ao envelhecimento**. Sagah, Porto Alegre, 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade**. 4ª ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2018.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 487-525, jun. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006. Acesso em: 09 maio 2023.

WESTPHAL, K. F. O. **Archiv für Neurologie**. 1870.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health**. Genebra: WHO, 2017. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/. Acesso em: 09 maio 2023a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Glossary**. Genebra: WHO, 2002. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9241562072>. Acesso em: 09 maio 2023b.

WRIGHT, T.; CANDY, B.; KING, M. Conversion therapies and access to transition-related healthcare in transgender people: a narrative systematic review. **BMJ Open**, n. 8, e022425, 2018. DOI: 10.1136/bmjopen-2018-022425. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/8/12/e022425>. Acesso em: nov. 2023.